

O AGRO NÃO É VERDE

COMO O AGRONEGÓCIO
SE ARTICULA PARA
PARECER SUSTENTÁVEL



Expediente

Autor

Bruno Stankevicius Bassi

Coordenação de pesquisa

Alceu Luis Castilho

Maureen Santos

Concepção

Grupo Nacional de Assessoria

FASE

Revisão

Julianna Malerba

Letícia Tura

Maureen Santos

Maria Emília Pacheco

Banco de Imagem Livre

www.unsplash.com

Publicação

Outubro de 2022

Palavras-chave

agronegócio; agricultura; greenwashing;
legislação socioambiental; mudanças climáticas

Realização



DE OLHO
NOS RURALISTAS
Observatório do agronegócio no Brasil

www.deolhonosruralistas.com.br



www.fase.org.br

Apoio

misereor
GEMEINSAM GLOBAL GERECHT

Sumário

Introdução

pág. 02

01

O que é o discurso verde do agronegócio?

pág. 05

02

Quem opera o lobby verde do agro?

pág. 09

03

Temas principais do esverdeamento do agro

pág. 15

04

Conclusão

pág. 20

Introdução

O Brasil é um país que tem o ruralismo como parte essencial de sua formação histórica. Esse conceito complexo atravessa a cultura, a economia, a política e os processos mais profundos de construção de nossa sociedade, com impactos importantes no meio ambiente, na segurança e soberania alimentar e, mais recentemente, na agenda climática.

Ao longo das últimas quatro décadas, o ruralismo brasileiro foi se transformando. Ainda que o setor guarde as marcas do conservadorismo e tradicionalismo – assim como um *modus operandi* repleto de violações de direitos –, o surgimento do conceito moderno de agronegócio, na esteira das mudanças promovidas pela primeira Revolução Verde, alçou este segmento a um status novo dentro da sociedade. E, aliada a processos já consolidados no Brasil, como a concentração de terras com grandes latifúndios monoculturais, a Revolução Verde trouxe a padronização da produção, transporte e distribuição, gerando globalmente uma cadeia agroindustrial e alimentar produtora de fome, epidemias, violências e desigualdades.

Esta cadeia, que tem um número limitado de grandes corporações no controle, com ligações profundas com o agro nacional, está por trás das mudanças nos sistemas nacionais de conservação e proteção socioambiental no mundo. No Brasil não é diferente. O lobby do agronegócio, juntamente com outros setores como a mineração, garimpo e a indústria do petróleo, está por trás do processo de desmonte e remonte do marco regulatório ambiental brasileiro, que teve em 2012 sua primeira grande abertura de porteira com a aprovação do Novo Código Florestal.

Nos últimos quase quatro anos, esse processo de desregulação socioambiental ganhou novos contornos e foi acelerado com a chegada ao poder de Jair Bolsonaro e seu pacote de destruição, assim como com a nova legislatura no Congresso Nacional, com uma maioria esmagadora de parlamentares inclinada à aprovação de flexibilizações a qualquer custo e ganhos de curto prazo. Esse processo vem transformando o que era ilegal em legal e mudando profundamente o marco regulatório ambiental brasileiro que levou décadas para ser construído, assim como gerou a maior taxa de desmatamento dos últimos dez anos.

Ao mesmo tempo, o setor busca se esverdear para facilitar a manutenção do status quo e da oportunidade de atrair novos investimentos. Ao longo dos últimos anos, vem sendo cada vez mais pressionado por diferentes setores como consumidores, investidores e mesmo por parte de instâncias de Estado a se adaptar a novos tempos nos quais a agenda climática vem sendo a protagonista das preocupações geradas pela crise ecológica da atualidade, mas não só isso, as soluções criadas em seu nome aprofundam a financeirização da natureza e o papel das corporações como artífices das soluções e não mais vilões do problema.

Esse processo teve um capítulo mais recente durante a 26ª Conferência das Partes (COP26) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), realizada em novembro de 2021 em Glasgow, Reino Unido. No foco das atenções estava a política ambiental desastrosa promovida pelo governo de Jair Bolsonaro, mas a delegação brasileira prestou-se a um papel dúbio.

Ao mesmo tempo em que buscava reconquistar a confiança da comunidade internacional

apresentando um compromisso de redução de 50% das emissões de gases associados ao efeito estufa até 2030, o ministro do Meio Ambiente Joaquim Leite levou à COP26 uma agenda de defesa do agronegócio e da mineração.

Mais do que apenas defender estes setores, a delegação brasileira esteve repleta de representantes ruralistas e chegou a estampar o logo da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) acima dos ministérios do Meio Ambiente e das Relações Exteriores na entrada do pavilhão brasileiro, transformando-o no “espaço do agronegócio” durante a COP26.

Apesar de não ser um fenômeno recente, o sequestro da pauta ambiental por atores políticos e econômicos vinculados ao agronegócio cresceu desde 2012, com a conferência Rio+20 e, com maior destaque, a partir da assinatura do Acordo de Paris de 2015.

A apropriação de conceitos como “agricultura sustentável” e de mecanismos como os créditos de carbono e o pagamento por serviços ambientais, além do repúdio generalizado ao desmatamento ilegal (salvaguardando os desmates autorizados por órgãos ambientais, muitas vezes de forma permissiva), mostram que o setor entendeu a importância da disputa narrativa e política em torno das pautas ambientais, que tendem a ganhar cada vez mais relevância no comércio internacional e nos investimentos.

Nesse sentido, se destaca a inserção de grandes atores do agronegócio neste “mercado verde” emergente. Dentre eles, estão as graneleiras Cargill e Amaggi, os frigoríficos JBS e Marfrig, e a indústria de papel e celulose Suzano, que vêm captando recursos nacionais e internacionais atrelados à redução de emissões e à agricultura de baixo carbono.

A partir de pesquisa documental, que seguiu o método de análise de discurso, foram examinadas páginas institucionais, notas de posicionamento, releases, publicações, campanhas publicitárias, redes sociais, arquivos de jornais, revistas e entrevistas de dirigentes de 49 associações do complexo agroindustrial, buscando a recorrência de termos relacionados ao discurso de ambientalização. Dessa filtragem inicial, identificamos as narrativas e estratégias do agronegócio relacionadas a políticas climáticas, à disputa por recursos, fundos e fontes de financiamento, a alianças com ONGS ambientalistas e inserções midiáticas. Assim, foram selecionadas 13 organizações com atuação mais incisiva nas últimas seis edições da Conferência das Partes de clima - da COP22 (Marrakesh, 2016) à COP26 (Glasgow, 2021) - e na formulação política de temas da agenda ambiental, as quais foram detalhadas em um mapeamento mais amplo de atores e coalizões envolvidas no discurso de ambientalização, que serviu de base para a presente publicação.

Esta publicação é parte de um conjunto de estudos e análises sobre o processo de esverdeamento do agronegócio, que dará lugar a outras publicações no decorrer do próximo ano. Convidamos você a leitura e compreensão desse processo, com impactos nas relações externas do país, assim como nos rumos da governança climática brasileira.

Bruno Stankevicius Bassi
De Olho nos Ruralistas

Maureen Santos
FASE - Solidariedade e Educação

01

O que é o discurso verde do agronegócio?

A atual estrutura de representação política do agronegócio é uma construção complexa, consolidada ao longo das últimas três décadas, desde a redemocratização. São centenas de sindicatos rurais, federações e confederações de agricultores, cooperativas, associações empresariais de âmbito setorial e/ou regional, conselhos e coalizões, representando interesses difusos e, muitas vezes, conflitantes.

Em qualquer segmento da sociedade é natural que, com o tempo, questões comerciais, disputas por influência e interesses políticos e ideológicos divergentes deem origem a fraturas, colocando os atores de um mesmo campo em lados opostos. No agronegócio, no entanto, isto não ocorre. Por quê?

Ainda que existam diferenças de narrativa, há núcleo comum de defesa entre as distintas organizações do agronegócio. Esta unidade é possível graças ao Instituto Pensar Agro (IPA), responsável por prestar assessoria técnica à Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), principal braço da bancada ruralista no Congresso.

Constituído em 2011 enquanto braço institucional e de interlocução com os poderes Judiciário e Executivo, o IPA tem seu corpo técnico financiado por 48 associações empresariais, dentre as quais estão as mais relevantes do setor, como a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), a Associação Brasileira dos Produtores de Soja (APROSOJA), a Associação Brasileira dos Produtores de Milho (ABRAMILHO), a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (ABIEC), a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE), a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a Sociedade Rural Brasileira (SRB), a Indústria Brasileira de Árvores (IBÁ), a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), a União da Indústria de Cana de Açúcar (UNICA), a associação de agrotóxicos CropLife Brasil, entre **outros**¹. Cada uma dessas entidades congrega as principais empresas de cada segmento, incluindo multinacionais como Cargill, ADM, Bunge, LDC, Bayer, Syngenta, BASF, Ihera, FMC e Mitsui, as brasileiras Amaggi, JBS, Marfrig, Suzano, Klabin, SLC Agrícola e Cutrale, e bancos como Itaú, Santander e Rabobank.

Cabe ao IPA, portanto, a tarefa de conciliar os interesses difusos entre os diferentes grupos a partir de uma linha comum de atuação, pautada na promoção do setor e na melhoria da imagem do agronegócio diante do público interno e externo. Mais do que isso, o IPA promove o consenso desses atores no que tange à agenda ambiental.

[1] Grupo formado por mais de 300 organizações, entre ONGs ambientalistas, empresas e associações industriais e do agronegócio com o propósito de “promover uma economia de baixo carbono”.



O QUE O AGRO DIZ

“O agronegócio brasileiro que joga “dentro das regras” não pode ser punido ou sofrer embargos pelas irregularidades cometidas por um punhado de malfeitores”.

“As ameaças de restrições às exportações brasileiras atendem a interesses protecionistas de produtores rurais da União Europeia e Estados Unidos, que temem a concorrência de produtos brasileiros”.

REALIDADE

As principais empresas do setor têm pouco ou nenhum controle sobre sua cadeia de fornecimento, mesmo após 10 anos de implementação do Termo de Ajuste de Conduta (TAC) da Carne e de outras medidas de controle. Segundo estudo publicado na revista Science, até 20% da soja e 17% da carne exportadas pelo Brasil podem estar contaminadas pelo desmatamento ilegal.

O QUE O AGRO DIZ

“O Código Florestal é um dos regramentos ambientais mais rígidos do mundo. Não há necessidade de ampliar as restrições para o uso da terra no Brasil”.

REALIDADE

Desde a aprovação do Código Florestal, em 2012, a bancada ruralista no Congresso vem tentando flexibilizar suas regras. Entre os projetos que atacam essa lei estão o PL 2510/2019 (aprovado em dezembro de 2021 pela Câmara), que permite a regularização de edifícios às margens de cursos e corpos d'água em áreas urbanas; o PL 6330/2013, que autoriza a regularização de áreas de APP com plantio de frutas exóticas; o PL 4508/2016, que permite o pastoreio em áreas de Reserva Legal; o PL 551/2019, que reduz o percentual de Reserva Legal nos estados da Amazônia Legal; o PL 2374/2020, que altera o marco temporal de regularização ambiental de áreas consolidadas em Reserva Legal; o PL 2429/2020, que amplia a possibilidade de regularização para imóveis com áreas suprimidas irregularmente após 22 de julho de 2008; e o PL 337/2022, que retira o estado de Mato Grosso da Amazônia Legal.



O QUE O AGRO DIZ

“O Brasil possui o agronegócio mais sustentável do planeta”.

REALIDADE

Apesar de avanços em técnicas e programas de incentivo à agricultura regenerativa, recuperação de pastagens degradadas, agricultura de baixo carbono (Plano ABC e ABC+) e integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF), este discurso ignora a realidade do campo brasileiro. Conforme mostram os dados do Caderno Conflitos do Campo da Comissão Pastoral da Terra (CPT), há uma enorme incidência de conflitos fundiários, uso irregular de agrotóxicos, contaminação de rios e nascentes, grilagem e trabalho análogo à escravidão na cadeia de fornecimento de grandes atores do mercado global, como os frigoríficos **JBS**², **Marfrig**³ e **Minerva**⁴, das traders de soja Cargill e **Bunge**⁵, da sucroalcooleira **Raízen**⁶, da azeiteira **Agropalma**⁷, entre outros.

- [2] Pese a vasta lista de conflitos socioambientais relacionados à monocultura do eucalipto protagonizados por suas empresas associadas – destaque-se Suzano, Eldorado e Norflor. O ECO. 32% do gado adquirido pela JBS no Pará vem de área com desmatamento ilegal, diz MPF. 7 de outubro de 2021. <<https://oeco.org.br/reportagens/32-da-carne-vendida-pela-jbs-provem-de-area-com-desmatamento-ilegal-diz-mpf/>>
- [3] REPÓRTER BRASIL. Financiamento para desmatar: organizações pedem veto a empréstimo milionário para Marfrig. 19 de outubro de 2021. <<https://reporterbrasil.org.br/2021/10/financiamento-para-desmatar-organizacoes-pedem-veto-a-emprestimo-milionario-para-marfrig/>>
- [4] O GLOBO. JBS, Marfrig e Minerva compraram gado de 379 fazendas em áreas de desmatamento ilegal, diz ONG. 02 de dezembro de 2020. <<https://oglobo.globo.com/economia/jbs-marfrig-minerva-compraram-gado-de-379-fazendas-em-areas-de-desmatamento-ilegal-diz-ong-1-24777907>>
- [5] GLOBO RURAL. Relatório relaciona operações de JBS, Cargill e Bunge ao desmatamento na Amazônia e Cerrado. 24 de dezembro de 2020. <<https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Sustentabilidade/noticia/2020/12/relatorio-relaciona-operacoes-de-jbs-cargill-e-bunge-ao-desmatamento-na-amazonia-e-cerrado.html>>
- [6] REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. A empresa Radar S/A e a especulação com terras no Brasil. São Paulo: Editora Outras Expressões, 2015. <<https://www.social.org.br/files/pdf/RevistaREDE2015paranet%202.pdf>>
- [7] BRASIL DE FATO. Quilombolas lutam pela terra contra gigante do agronegócio e pedem o fim da violência no Pará. 07 de julho de 2021. <<https://www.brasildefato.com.br/2021/07/07/quilombolas-lutam-pela-terra-contra-gigante-do-agronegocio-e-pedem-o-fim-da-violencia-no-para>>

02

Quem opera o lobby verde do agro?



1. Pragmático-reformista

Grupo de organizações que vem liderando o debate climático no campo do agronegócio, muitas vezes em articulação com ONGs, cientistas e sociedade civil. Ao mesmo tempo, este grupo defende políticas setoriais e o reforço de linhas de financiamento nacional e internacional à transição sustentável, tais como o Pagamento de Serviços Ambientais, emissão de títulos verdes e créditos de carbono. Apoiava políticas de combate ao desmatamento ilegal em oposição ao “desmatamento zero” e o reforço da legislação ambiental, mobilizando-se contra projetos de lei que ferem o Código Florestal.

QUEM FAZ PARTE?

Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) e a Indústria Brasileira de Árvores (IBÁ).

O QUE ELAS DEFENDEM?

Liderado pela ABAG e alinhado em torno da Coalizão Brasil, Clima, Florestas e Agricultura¹, o grupo defende a eliminação do desmatamento ilegal, a redução de emissões e o fortalecimento do financiamento para ILPF e o Plano ABC+, além de ser contrária aos PLs da Grilagem.⁸ Em temas mais polêmicos, como o marco temporal para demarcação de terras indígenas, costumam ser evasivos.

Além da ABAG, o CEBDS é o principal agente na captura corporativa da agenda ambiental no Brasil, com participações proeminentes nas Conferências do Clima desde sua fundação,

em 1997. Na COP26, o grupo lançou dois documentos: o “**Guia do CEO**”⁹ e o posicionamento “**Empresários Pelo Clima**”¹⁰, nos quais voltou a defender a adoção de regras para o desenvolvimento de mercados de carbono voluntário e regulado no Brasil e mecanismos de financiamento para a promoção da transição climática.

Já o IBÁ é a entidade de classe do agronegócio cujas posições em relação a políticas climáticas e meio ambiente parecem mais sintonizadas com os avanços no debate acadêmico global, porém partindo de uma perspectiva liberal, focada na financeirização dos recursos **naturais**.²

2. Pragmático-ideológico

Une a defesa intransigente do setor agropecuário à adesão a temas e pautas ambientais. Adota uma visão similar ao primeiro grupo, mas carregada de um discurso ufanista e ideológico, reforçando a obrigação dos países europeus financiarem programas ambientais, a denúncia pública a críticos do agronegócio e a mobilização intensiva contra medidas que possam prejudicar mercados ou subsídios aplicados ao setor.

QUEM FAZ PARTE?

Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Sociedade Rural Brasileira (SRB), Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa), CropLife Brasil e Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos (CitrusBR).

O QUE ELES DEFENDEM?

Assim como a ABAG, o grupo liderado por CNA e SRB defende o cumprimento do Código Florestal e a adoção de novas tecnologias como pilares do que chama de “boas práticas sustentáveis”.¹¹ Além disso, reforça a posição contra o desmatamento ilegal, o qual observa como prejudicial para o comércio, em especial ao acordo União Europeia-Mercosul.

[1] BASSI, B. A nova cara da bancada ruralista. 13 de novembro de 2019. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll Brasil. <<https://br.boell.org/pt-br/2019/11/13/nova-cara-da-bancada-ruralista?dimension1=dossie-flexibiliza%C3%A7ao-2aedi%C3%A7ao>>

[2] O ECO. 32% do gado adquirido pela JBS no Pará vem de área com desmatamento ilegal, diz MPF. 7 de outubro de 2021. <<https://oeco.org.br/reportagens/32-da-carne-vendida-pela-jbs-provem-de-area-com-desmatamento-ilegal-diz-mpf/>>

[8] ABAG. Comitê de Sustentabilidade e Bioeconomia da ABAG manifesta apoio ao Plano ABC+ e se propõe a contribuir com iniciativas para ampliar seus resultados. 14 de julho de 2021. <<https://abag.com.br/comite-de-sustentabilidade-e-bioeconomia-da-abag-manifesta-apoio-ao-plano-abc-e-se-propoe-a-contribuir-com-iniciativas-para-ampliar-seus-resultados/>>

[9] CEBDS. Guia do CEO para a COP26. Outubro de 2021. <<https://cebds.org/wp-content/uploads/2021/10/GuiaCEOs-Cop26-1.pdf>>

[10] CEBDS. Posicionamento Empresários pelo Clima. Agosto de 2021. <https://cebds.org/wp-content/uploads/2021/09/CARTA_Empresarios-Clima_PT-3.pdf>

[11] ESTADÃO CONTEÚDO. Adesão a tratados na COP26 é positiva, mas Brasil precisa provar que vai cumprir acordos. 04 de novembro de 2021. <<https://epocanegocios.globo.com/Um-So-Planeta/noticia/2021/11/adesao-tratados-na-cop26-e-positiva-mas-brasil-precisa-provar-que-vai-cumprir-acordos.html>>

Porém, diferente do primeiro grupo, este possui atuação mais direta em pautas ligadas ao desmonte de direitos socioambientais, como na articulação política dos Projetos de Lei nº 510/2021 e nº 2.633/2020, apelidados de PLs da Grilagem, que ampliam a anistia dada à ocupação irregular de terras públicas da União realizada até o ano de 2019.¹² No documento relativo à COP26, por exemplo, a CNA cita a necessidade de avanço da regulamentação de projetos de regularização fundiária para combater o desmatamento ilegal sem, no entanto, explicar em que sentido tais medidas, de fato, contribuiriam para a redução de crimes ambientais.

Além disso, as organizações deste grupo se opõem ferozmente à discussão do desmatamento zero e à extensão da Moratória da Soja, pacto que banuiu o fornecimento e comercialização de soja oriunda de áreas desmatadas na Amazônia após 22 de julho de 2008, ao Cerrado. Destaca-se aí o posicionamento da ABIOVE, que liderou a oposição ao tema.

Dentre as organizações listadas neste grupo, CNA e SRB se posicionam favoravelmente à tese do marco temporal para demarcação de terras indígenas e à aprovação do PL nº 2159/2021, que flexibiliza as regras de licenciamento ambiental. Nos dois casos, o argumento usado para defesa é o da “segurança jurídica” para os produtores rurais.

O grupo também possui uma ligação mais forte com o mercado financeiro e com a pauta de “finanças verdes” (tema central do Global Agribusiness Forum, organizado desde 2012 pela SRB). Destaca-se ainda a defesa do uso de agrotóxicos encabeçada pela SRB, ABRAPA e CropLife Brasil.¹³

3. Negacionista-ideológico

Grupo articulado em torno das pautas do bolsonarismo, que nega os índices recordes de desmatamento ou os atribui a ONGs estrangeiras e ambientalistas. Além da ausência de diálogo com setores da sociedade civil, buscam ratificar a própria visão patrocinando estudos de viés negacionista em relação à mudança climática, reforçando velhos chavões desenvolvimentistas sobre o poder da agropecuária brasileira.

QUEM FAZ PARTE?

Associação Brasileira dos Produtores de Soja (APROSOJA) e Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (ABIEC).

[12] CNA BRASIL. Em audiência no Senado, CNA discute regularização fundiária em terras da União. 23 de novembro de 2021. <<https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/agronegocio/303175-em-audiencia-no-senado-cna-discute-regularizacao-fundiaria-em-terras-da-uniao.html>>

[13] SRB. SRB contesta proposta europeia que restringe comércio agrícola. 18 de novembro de 2021. <<https://agroemdia.com.br/2021/11/18/srb-contesta-proposta-europeia-que-restringe-comercio-agricola/>>

O QUE ELES DEFENDEM?

Apoiadora radical de Bolsonaro, a APROSOJA promoveu ainda na gestão de Bartolomeu Braz a ruptura com a ABAG, alegando que a entidade queria impor obrigações que iriam além daquelas estabelecidas pelo CF/2012. A radicalização do discurso já havia ficado evidente um ano antes, em 2019, em um comunicado à imprensa no qual condenava o desmatamento ilegal e as queimadas na Amazônia ao mesmo tempo em que atacava o que chamou de “criminalização do empreendedor rural”.¹⁴

Meses antes, em junho de 2019, a APROSOJA publicou a Carta de Palmas, onde atacava frontalmente o anúncio da multinacional Cargill de que instituiria um plano de US\$ 30 milhões para combater o desmatamento ligado à cadeia da soja no Matopiba.¹⁵

Além dos temas concernentes ao desmatamento, a APROSOJA também atua fortemente no Senado pela aprovação dos PLs da Grilagem, do marco temporal em terras indígenas e do PL do Licenciamento.¹⁶ Mais recentemente, a organização passou a se envolver nas discussões sobre o mercado de carbono, contratando um estudo da Esalq/USP para quantificar o sequestro de carbono no plantio direto de soja e nas reservas legais, visando acessar recursos internacionais.¹⁷

Além da APROSOJA, destaca-se o discurso anti-ambientalista da ABIEC, que considera que a pressão de “oportunistas do ambientalismo radical” sobre a pecuária exportadora seria a responsável por levar fazendeiros à ilegalidade e ao desmatamento.¹⁸

4. Foco-temático

Grupo mobilizado em torno de pautas específicas de setores como o sucroenergético e avicultura/suinocultura, como créditos de descarbonização ou emissões de metano, com baixo nível de envolvimento com outros atores no âmbito do debate climático.

[14] APROSOJA BRASIL. Produtores de soja são contra o desmatamento ilegal e condenam queimadas criminosas. 12 de setembro de 2019.
<<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2019/08/22/produtores-de-soja-sao-contr-o-desmatamento-ilegal-e-condenam-queimadas-criminosas/>>

[15] Matopiba é a região mais recente de expansão do agronegócio no Cerrado brasileiro, compreende partes dos estados de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.
APROSOJA BRASIL. Carta de Palmas – Soja Responsável. Julho de 2019.
<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/wp-content/uploads/sites/3/2019/08/CARTA-DE-PALMAS_-_Julho-2019.pdf>

[16] APROSOJA BRASIL. Aprosoja leva preocupação sobre insegurança jurídica a presidente do Senado. 22 de outubro de 2021.
<<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2021/10/22/aprosoja-leva-preocupacao-sobre-inseguranca-juridica-a-presidente-do-senado/>>

[17] CANAL RURAL. ‘Produtores brasileiros estão prontos’, diz presidente da Aprosoja-MT sobre mercado de carbono. 30 de novembro de 2021.
<<https://www.canalrural.com.br/noticias/produtores-brasileiros-estao-prontos-diz-presidente-da-aprosoja-mt-sobre-mercado-de-carbono/>>

[18] ABIEC. Desmatamento: alvo errado, resultado inesperado. 15 de julho de 2020.
<<https://www.abiec.com.br/artigo-desmatamento-alvo-errado-resultado-inesperado/>>

QUEM FAZ PARTE?

União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA) e Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA).

O QUE ELES DEFENDEM?

A condição de líder mundial na agenda dos biocombustíveis, fez do Brasil um dos principais centros para o desenvolvimento de políticas no setor, o que coloca a UNICA em uma posição diferenciada em relação às demais entidades de classe do agronegócio. A União das Indústrias de Cana é a única dentre as associações listadas neste relatório a falar abertamente em políticas de descarbonização, tendo participado de painel na COP26 sobre o tema, uma vez que estas beneficiam diretamente o setor.¹⁹

Diferente das demais associações, a ABPA se escora, em grande medida, na alegação de que a cadeia de avicultura e suinocultura não representa um volume expressivo em emissões, se posicionando de forma menos contundente nas negociações das Conferências do Clima. O principal ponto relacionado aos compromissos ambientais brasileiros que impacta a associação é a redução na emissão de metano.



[19] UNICA. UNICA participa de painel sobre descarbonização na COP26. 12 de novembro de 2021.
<<https://unica.com.br/noticias/unica-participa-de-painel-sobre-descarbonizacao-na-cop26/>>

03

Temas principais do esverdeamento do agronegócio

A partir do levantamento apresentado no tópico anterior, apresentamos o cruzamento por temas principais que despontaram entre as narrativas de ambientalização do agronegócio.



DESMATAMENTO ILEGAL

O combate ao desmatamento ilegal, especialmente no bioma amazônico, tornou-se um lugar comum no discurso de atores do agronegócio. No levantamento, identificamos menções diretas ao tema como compromisso ou meta ambiental em pelo menos 11 das 13 associações retratadas. Apenas ABPA e UNICA não deram destaque ao tema em documentos e posicionamentos públicos. Ao mesmo tempo, destaca-se o combate ferrenho empreendido pelas entidades de classe contra políticas de “desmatamento zero”, isto é, a criação de barreiras comerciais para produtos oriundos de áreas cujo desmatamento é assentido pelo Código Florestal. Nesse sentido, um exemplo claro é a rápida e incisiva articulação empreendida por APROSOJA, ABIOVE e SRB quando teve início a discussão a respeito da criação de uma Moratória da Soja para o Cerrado.



MERCADO DE CARBONO

Outra menção recorrente no discurso de ambientalização de representantes do setor agropecuário é a urgência em que o governo brasileiro e o Congresso avancem rumo à regulamentação do Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE), estabelecendo os parâmetros e metas progressivas de redução, remoção e compensação das emissões de gases de efeito estufa (GEE), tema central da COP26.

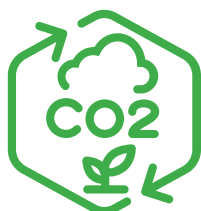
Desde fevereiro de 2022 aguarda votação no plenário da Câmara o PL 528/21, que regulamenta e insere o Brasil no mercado global de créditos de carbono. O projeto, de autoria do deputado Marcelo Ramos (PL-AM), membro da FPA, acompanha ainda dois apensados: o PL 2148/15, que cria um Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões, e o PL 290/20, que prevê a certificação de créditos de carbono para empreendimentos de geração de energia por fontes alternativas.²⁰ Caso aprovado, o Ministério da Economia terá cinco anos para implementar os mecanismos financeiros.

[20] CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto que regulamenta mercado de carbono está pronto para ser votado no Plenário. 03 de fevereiro de 2022.

<<https://www.camara.leg.br/noticias/848104-projeto-que-regulamenta-mercado-de-carbono-esta-pronto-para-ser-votado-no-plenario/>>

Aguarda ainda apreciação o PL 4516/21, que permite a emissão de debêntures incentivadas para financiar projetos de desenvolvimento sustentável (green bonds). A movimentação acompanha a instituição da Lei nº 14.119/2021, um dos objetivos centrais da FPA na legislatura passada, que instituiu a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais, permitindo que produtores rurais, agricultores familiares e assentados recebam remuneração pela conservação de vegetação nativa ou pela restauração de áreas degradadas.

Esse processo legislativo é acompanhado diretamente pelas entidades de classe do agronegócio, seja através do IPA seja individualmente, que vêm se movimentando para que o setor possa participar da corrida por financiamento. Destacam-se no lobby pela regulamentação do mercado de carbono o CEBDS, a SRB e a ABPA. Importante ainda a demanda da CNA pela implementação da Cédula de Produto Rural Verde (CPR-Verde), que institui vantagens financeiras para o produtor rural que preserva seu imóvel.



NET ZERO E TÍTULOS VERDES

O apesar de menos explorada na argumentação das entidades do agronegócio, as metas de zerar as emissões líquidas de carbono (“net zero”) e a emissão de papéis atrelados a metas de controle ambiental (“sustainability-linked bond”) vem ganhando importância entre as empresas associadas. No último ano, os frigoríficos JBS e BRF anunciaram planos para zerar as emissões até 2030 e 2040, respectivamente.^{21 22} Durante a Cúpula dos Líderes Mundiais sobre Florestas e Uso da Terra na COP26 a Amaggi assumiu também junto a ADM, Bunge, Cargill, LDC e outras cinco empresas o compromisso de “desenvolver até a COP27 um roteiro setorial para conter o aquecimento global em 1,5 °C”.²³ Ainda em 2021, JBS lançou R\$ 1 bilhão em títulos atrelados à rastreabilidade de gado.²⁴

[21] REVISTA A LAVOURA. JBS anuncia compromisso global de se tornar Net Zero até 2040. 27 de março de 2021. <<https://alavoura.com.br/cenario-agro/mercado/jbs-anuncia-compromisso-global-de-se-tornar-net-zero-ate-2040/>>

[22] AGRO EM DIA. BRF assume compromisso global para ser Net Zero até 2040. 1 de julho de 2021. <<https://agroemdia.com.br/2021/07/01/brf-assume-compromisso-global-para-ser-net-zero-ate-2040/>>

[23] CANAL RURAL. Gigantes do agro como JBS, Amaggi e Bunge e Cargill anunciam ações conjuntas para zerar emissões de carbono. 03 de novembro de 2021. <<https://www.canalrural.com.br/agronegocio/gigantes-do-agro-como-jbs-amaggi-e-bunge-e-cargill-anunciam-acoes-conjuntas-para-zerar-emissoes-de-carbono/>>

[24] VALOR ECONÔMICO. PIPELINE: JBS lança título de R\$ 1 bi atrelado à meta de controle de origem do gado. 22 de outubro de 2021. <<https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2021/10/22/pipeline-jbs-lanca-titulo-de-r-1-bi-atrelado-ameta-de-controle-de-origem-do-gado.ghtml>>



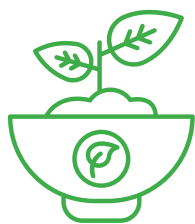
FINANCIAMENTO INTERNACIONAL

Em diferentes níveis discursivos, as associações setoriais compartilham a posição de que os países emissores devem ampliar o financiamento das ações para o cumprimento do Acordo de Paris, o que inclui projetos de combate ao desmatamento ilegal (ver ABAG, CEBDS, CNA e CITRUS BR). No caso da APROSOJA, o discurso adota um tom mais agressivo, acusando países estrangeiros de financiar ONGs ambientalistas com o propósito de reduzir a competitividade brasileira perante competidores de países desenvolvidos, ao mesmo tempo em que utiliza recursos do Fundo Amazônia.



AGRICULTURA DE BAIXO CARBONO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

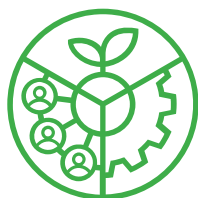
Conforme informado na primeira sessão deste relatório, a defesa da agricultura brasileira como “a mais sustentável do mundo” é um dos pontos centrais do discurso de ambientalização do agronegócio. Amplamente difundido como exemplo global de fomento à agricultura sustentável (ver ABAG, CNA, SRB e CropLife), o Plano ABC mitigou cerca de 170 milhões de toneladas de CO₂ equivalente, entre 2010 e 2018, segundo dados do Observatório do Clima. Prorrogado até 2030 e renomeado para Plano ABC+, o programa permanece com um orçamento restrito, de apenas 1% do Plano Safra.²⁵ Uma das modalidades de custeio do ABC+, o modelo de integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF) é outro exemplo de programa difundido pelo agronegócio como case de sucesso (ver ABAG, CNA e CropLife).



SEGURANÇA ALIMENTAR E CÚPULA DE SISTEMAS ALIMENTARES

A participação ativa de organizações do agronegócio na discussão sobre segurança alimentar no âmbito da Cúpula das Nações Unidas sobre Sistemas Alimentares é outro ponto a ser observado na apuração. CEBDS e SRB, em especial, vêm expandindo sua atuação nacional e internacional no tema, utilizando a emergência do tema na agenda global em função do agravamento da fome pós-pandemia. O “Posicionamento do Setor Empresarial sobre a Sustentabilidade dos Sistemas Alimentares no Brasil”, do CEBDS, por exemplo, aproveita a pauta para defender a conversão de milhões de hectares em “grandes ativos socioeconômicos ambientais”, pelo mercado de créditos de carbono, além da captura de incentivos fiscais pelas grandes empresas do setor.

[25] OBSERVATÓRIO DO CLIMA. Plano ABC ganha nova fase, mas permanece com 1% do Plano Safra. 29 de abril de 2021. <<https://www.oc.eco.br/plano-abc-ganha-nova-fase-mas-permanece-com-1-do-plano-safra/>>



AGENDA ESG

Ainda que não relacionada diretamente à articulação do agronegócio no âmbito climático, a discussão em torno do conceito de governança ambiental, social e corporativa tem crescido no setor. Destaca-se aqui a adoção do termo em relatórios de sustentabilidade das principais empresas do setor, e a criação de fóruns específicos de debate sobre as práticas, como o Fórum Agronegócio-ESG, do Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças (IBEF) e o 1º Fórum da Cadeia Nacional de Abastecimento, organizado pela Associação Brasileira de Supermercados (Abras) em parceria com associações agropecuárias.²⁶



AGRICULTURA 4.0

Criado a partir do conceito de Indústria 4.0, este tema está presente em dezenas de posicionamentos de atores do agronegócio, com destaque para CNA, SRB e ABAG. Trata-se da incorporação de tecnologias como a Internet das Coisas (IoT) e o uso de Big Data para viabilizar uma maior precisão e eficiência na agricultura e pecuária de larga escala. Junto ao fomento destas tecnologias, destaca-se a difusão de “AgTechs” e startups do Agro, empresas geradas a partir de financiamento público e privado para a prestação de serviços de tecnologia ligados ao setor agrícola. Destaca-se aqui a participação de empresas de telecomunicações como TIM, Vivo, Nokia, Claro e Algar Telecom (esta última, membro da ABAG e da Coalizão), envolvidas no Leilão do 5G²⁷ e que vêm ampliando parcerias no setor e/ou criando divisões inteiras dedicadas à prestação de serviços de conectividade rural para agricultores e pecuaristas. O segmento também está fortemente integrado à FPA e à bancada ruralista no Congresso, que teve papel decisivo para a aprovação da nova lei que regulamenta o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust).



[26] O JOIO E O TRIGO. Da fazenda à gondola: agronegócio se une ao lobby da indústria alimentícia e dos supermercados e, juntos, defendem pautas e até compartilham parlamentares. 14 de julho de 2021.
<<https://ojoioetrigo.com.br/2021/07/da-fazenda-a-gondola/>>

[27] AGÊNCIA FPA. FPA participa de evento sobre conectividade rural. 25 de junho de 2021.
<<https://agencia.fpagropecuaria.org.br/2021/06/25/fpa-participa-de-evento-sobre-conectividade-rural/>>

Conclusão



A ambientalização do discurso do agronegócio brasileiro é um fenômeno irreversível. Diante da pressão dos mercados internacionais e, especialmente, após a aprovação, pelo Parlamento Europeu, da proposta que obriga empresas do continente a garantir que suas cadeias de importação estejam livre de desmatamento,²⁸ será cada vez mais difícil a sobrevivência de atores econômicos que não se adaptem – ao menos, no discurso – à nova economia verde defendida como tábua de salvação do capitalismo.

A cooptação corporativa de discursos e narrativas, antes restritos à esfera ambientalista e aos movimentos sociais e do campo, torna ainda mais difícil distinguir o joio do trigo. Qual o efetivo impacto das novas tecnologias de produção e rastreamento sobre a segurança alimentar e nutricional? Até onde vai a autonomia de empresas e atores financeiros para negociar títulos verdes à revelia do Estado e das convenções internacionais que garantem acesso à consulta prévia, livre e informada? Como responsabilizar infratores ambientais em uma cadeia cada vez mais globalizada e, em grande medida, virtual? Como escapar de soluções climáticas que produzem injustiças e racismo ambiental? Em resumo: não está garantida a proteção dos campos, florestas e águas - e dos direitos dos povos que neles habitam - em um sistema cada vez mais opaco, onde os atores e seus reais propósitos estão escondidos por trás da cortina verde de sustentabilidade, ou para adotar o termo da moda, dos critérios ESG.

Frente a esses desafios, cabe refletir se as propostas e práticas defendidas pelo “agronegócio verde” efetivamente mudam a estrutura de concentração fundiária e desigualdade social no campo que levou o Brasil ao seu atual cenário de destruição dos biomas e ecossistemas, engolidos pela expansão agropecuária e minerária.

Por mais que seja desejável estabelecer um processo de transição a uma agroindústria que, de fato, produza menos impactos socioambientais e traga o enfrentamento da crise climática para o centro das políticas, é imprescindível que os atores políticos tenham em vista que este é um modelo fundado na desigualdade, na expulsão e na fome. Não basta mudar apenas a ponta, é preciso repensar nosso sistema agroalimentar, trazendo a agroecologia como eixo dessa reconstrução. Para que este atenda às necessidades ecológicas e da população – em especial, daqueles que efetivamente vivem e protegem a natureza, extraíndo dela seu sustento e sua auto reprodução, não aos interesses corporativos e especulativos do capital.

[28] DEUTSCHE WELLE. Eurodeputados vetam importações ligadas ao desmatamento. 13 de setembro de 2022. <<https://www.dw.com/pt-br/eurodeputados-vetam-importa%C3%A7%C3%B5es-ligadas-ao-desmatamento/a-63107994>>

Apesar de não ser fenômeno recente, o sequestro da pauta ambiental por atores políticos e econômicos vinculados ao agronegócio cresceu exponencialmente desde 2012, a partir do destaque dado a grandes conferências internacionais sobre o tema, da apropriação de conceitos socioambientais e pela relevância que o tema vem ganhando no âmbito do comércio internacional e do sistema financeiro.

Essa publicação é resultado de um mapeamento de atores e coalizões envolvidos no discurso verde do agronegócio e identifica as narrativas e estratégias de ambientalização do setor relacionadas a políticas climáticas, à disputa por recursos, fundos e fontes de financiamento, as alianças com ONGs ambientalistas e ações de marketing e inserções midiáticas.



**DE OLHO
NOS RURALISTAS**
Observatório do agronegócio no Brasil

